



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

**AUTÓGRAFO Nº 145/2018**

Projeto de Lei nº 105/2018

Autoria do Vereador Alessandro Maraca

**INSTITUI O “BANCO DE RAÇÃO” E O “BANCO DE ACESSÓRIOS PARA ANIMAIS” NO MUNICÍPIO DE RIBEIRAO PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, NA FORMA DA LEI, APROVA:*

**Art. 1º** Ficam instituídos o “Banco de Ração” e o “Banco de Acessórios para Animais” no âmbito do Município de Ribeirão Preto, com as finalidades estabelecidas nesta lei.

**Art. 2º** Para os fins desta lei, poderão participar do “Banco de Ração” e do “Banco de Acessórios para Animais” os estabelecimentos comerciais, as empresas, entidades, associações, Organizações Não Governamentais - ONGs e protetores independentes, devidamente cadastrados e autorizados pelos órgãos competentes do Município.

§ 1º Ao “Banco de Ração” incumbirá:

**I** - proceder a coleta, acondicionamento e armazenamento de produtos e gêneros alimentícios, perecíveis ou não, desde que em condições de consumo e dentro do prazo de validade, proveniente de doações de:

**a.** estabelecimentos comerciais;

**b.** fabricantes ligados à produção e à comercialização, no atacado ou no varejo, de gêneros alimentícios destinados a animais;

**c.** pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

**II** - efetuar a distribuição dos produtos e gêneros alimentícios para protetores independentes, Associações e ONGs (Organizações Não Governamentais), devidamente cadastradas, que acolham animais em estado de abandono, com a finalidade de recuperação pré-adoção e às famílias cadastradas que comprovem baixa renda ou condição de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, assistidas ou não por entidades assistenciais, desde que possuam animais;

**III** - incentivar a participação cidadã, por meio do trabalho voluntário, nas ações de defesa e proteção dos animais no Município.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

§ 2º Sempre que possível, as entidades cadastradas deverão manter em sua equipe, profissional legalmente habilitado a aferir e atestar a qualidade e as condições de consumo dos gêneros alimentícios coletados.

**Art. 3º** O “Banco de Acessórios para Animais”, criado por esta lei, tem por objetivos:

I - coletar acessórios para animais, como coleiras, guias, roupas, remédios, casinhas, bolsa de transporte e brinquedos, proveniente de doações de:

a. estabelecimentos comerciais;

b. apreensões realizadas por órgãos da Administração Municipal, Estadual ou Federal, resguardadas a aplicação das normas legais; e

c. órgãos públicos.

II - distribuir os acessórios coletados aos beneficiários de que trata o art. 4º desta lei.

**Art. 4º** São beneficiários do “Banco de Acessórios para Animais”:

I - os protetores independentes e cadastrados;

II - as Associações e ONGs (Organização Não Governamentais) ligadas à causa animal, devidamente constituídas e cadastradas;

III - as famílias cadastradas que comprovem baixa renda ou condição de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, assistidas ou não por entidades assistenciais, desde que possuam animais;

IV - as famílias e pessoas que adotarem um animal, mediante apresentação do Termo de Responsabilidade da Adoção.

**Art. 5º** Caberá à Administração do “Banco de Ração” e do “Banco de Acessórios para Animais” à pessoa física ou jurídica indicada pelos parceiros a que se refere o Art. 2º desta lei, a qual deverá dar publicidade do disposto nesta lei, através de relatório mensal, que conterá as seguintes informações, dentre outras;

I - quantidades de ração recebidas e distribuídas;

II - quantidades de acessórios recebidos e distribuídos, categorizados por item;

III - número de animais atendidos;

IV - número de estabelecimentos comerciais, empresas, entidades, associações, Organizações Não Governamentais - ONGs e protetores independentes cadastrados em ambos os Bancos.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

**Art. 6º** Fica proibida a comercialização dos gêneros alimentícios e dos acessórios coletados e doados pelos “Banco de Ração” e “Banco de Acessórios para Animais”.

**Art. 7º** A arrecadação e a distribuição dos gêneros alimentícios e dos acessórios para animais far-se-á sem ônus para o Poder Executivo.

**Art. 8º** Os custos decorrentes do transporte e demais atividades necessárias para a consecução das finalidades desta lei correrão às expensas das entidades partícipes do “Banco de Ração” e do “Banco de Acessórios para Animais”.


**Art. 9º** Para a consecução dos objetivos da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias com associações e ONGs, além de outros órgãos e entidades afins, públicas e privadas.

**Art. 10** O credenciamento das entidades partícipes e dos órgãos doadores elencados nos Artigos 2º e 3º, bem como o cadastramento dos beneficiários poderão ser feitos diretamente pelas associações e ONGs, previamente cadastradas junto ao Poder Executivo.

**Art. 11** Decreto Executivo regulamentará esta lei, no que couber.

**Art. 12** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão Preto, 4 de julho de 2018.

  
**IGOR OLIVEIRA**  
Presidente